

## A META 7 DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

Maristeele Barbosa de Oliveira\*

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o cumprimento da meta de fomento à qualidade da educação básica, do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC), especificamente para o ensino médio, a partir dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e das políticas públicas desenvolvidas e aplicadas no período de sua vigência. O estudo foi executado em três etapas: teórica, empírica e analítica. Na etapa teórica, realizaram-se a revisão da literatura e a busca documental das questões concernentes ao tema. A etapa empírica consistiu na coleta e no tratamento de dados, informações e indicadores necessários para a compreensão da evolução do cumprimento da meta 7 do PEE/SC, disponíveis no Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina, no Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no Portal da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) e nas respostas aos e-mails enviados aos diversos setores da SED. Na etapa analítica, realizou-se a análise descritiva dos dados e indicadores, considerando as políticas públicas aplicadas desde a aprovação do PEE/SC. Os resultados apresentados evidenciam que os esforços de Santa Catarina, para o ensino médio, parecem ser insuficientes para a melhoria significativa e contínua do fluxo escolar, da aprendizagem dos estudantes e da redução das desigualdades. Consequentemente, figura-se improvável o alcance da meta de 5,6, no IDEB de 2021, tendo em vista sua trajetória, o último resultado ser igual a 4,2 (2019) e o maior índice registrado ter sido 4,3, em 2011. Além disso, não se observou nenhuma política pública de grande abrangência que, em curto espaço de tempo, possa favorecer a mudança necessária ao cumprimento da meta 7.

Palavras-chave: Plano Estadual de Educação de Santa Catarina. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Políticas Públicas.

### ABSTRACT

This research aims to analyze the achievement of the goal of promoting the quality of basic education of the State Education Plan of Santa Catarina (SEP/SC) specifically for high school, based on the results of the Basic Education Development Index (IDEB) and public policies developed and applied during the period of its validity. The study was carried out in three stages: theoretical, empirical and analytical. In the theoretical stage, the literature was reviewed and a documentary search of the issues concerning the subject was carried out. The empirical stage consisted of data collection and the processing of information and indicators necessary to understand the evolution of the achievement of the goal 7 of the PPE/SC, available on the Educational Management System of Santa Catarina, on the Portal of the National Institute for Educational Studies and Research "Anísio Teixeira", on the Portal of the State Secretariat of Education of Santa Catarina (SEE), and in the responses to e-mails sent to the various sectors of the SEE. In the analytical stage, a descriptive analysis of the data and indicators was carried

---

\*Assistente Técnico Pedagógico. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, Mestre em Métodos e Gestão em Avaliação. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maristeele@gmail.com

out, considering the public policies applied since the approval of the SEP/SC. The results showed that the efforts of Santa Catarina, for high school, seem to be insufficient for a significant and continuous improvement of school flow, student learning and reduction of inequalities. Thus, it is unlikely to achieve the goal of 5.6 in the IDEB 2021, given its trajectory, the last result was 4.2 (2019) and the highest index recorded was 4.3 in 2011. In addition, there was no great scope public policy that, in a short period of time, may favor the change necessary to achieve the goal 7.

Keywords: State Education Plan of Santa Catarina, Basic Education Development Index, Public Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”, é o marco inicial em defesa da educação organizada por um plano geral e sistêmico, sem discriminação social, com espírito de continuidade, cuja bandeira é uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita (TEIXEIRA, 1984; SAVIANI, 2004; SAVIANI; ALMEIDA; SOUZA; VALDEMARIN, 2007; BRASIL, 2011). Suas proposituras são percebidas na Constituição Federal (CF) e nas leis posteriores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961, 1971 e 1996.

Na CF de 1934, no artigo 150, por exemplo, compete à União fixar um plano nacional de educação, abrangente a todos os graus e ramos de ensino, comuns e especializados, bem como coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país. Na CF de 1988, alterada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, fica estabelecido por lei o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; e promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Excetuando o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) e o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência para o período de 2001 a 2010, os planos de educação construídos nas décadas subsequentes aos Manifesto dos Pioneiros se apresentaram como planos de governo, sem a participação da sociedade em sua elaboração (BRASIL, 2011).

O PNE (2001-2010) é considerado o primeiro plano aprovado por lei; contudo, não contou com um amplo debate em sua elaboração. O PNE aprovado em 2014, com vigência até 2024, trouxe importantes avanços com relação ao seu precedente, principalmente no que se refere à participação social em sua elaboração, à visão sistêmica de educação e à definição de seu financiamento, tendo as deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE), de 2010, como referência para constituição de suas metas e estratégias (BRASIL, 2011, 2014a).

Nesse contexto, estados e municípios elaboraram ou revisaram seus planos de educação em consonância com o que preconiza o PNE (2014-2024). Em dezembro de 2015, Santa Catarina aprovou o seu plano com 19 metas e 312 estratégias que cobrem o acesso, a permanência e a qualidade na educação básica e na superior.

Em que pese a importância de todas as metas do Plano Estadual de Santa Catarina (PEE/SC), este estudo se limitará em aprofundar o debate acerca da meta 7, que preconiza o fomento à qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades. Visando atingir seu propósito, a meta 7 possui 44 estratégias que contemplam o currículo, a infraestrutura física das escolas, a gestão e a avaliação (FETTER; LEMES; ZITIKOSKI, 2016).

Alguns fatores justificam o interesse pela meta 7, no que tange ao previsto para o ensino médio, cuja responsabilidade prioritária é do Estado: a) a autora desta pesquisa participou da elaboração do PEE/SC; b) a autora é servidora da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC); c) a autora atua diretamente com planejamento e gestão da educação na Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional; e d) estudos evidenciam que, nas últimas décadas, o país avançou na universalização da educação básica para a população de 4 a 17 anos de idade, mas ainda tem um grande desafio no que tange à qualidade e à equidade (TREVISOL; MAZZIONI, 2018; SIMÕES, 2016). Diagnosticar, monitorar e avaliar a realidade educacional são características essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas assertivas.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar o cumprimento da meta 7, especificamente para o ensino médio, a partir dos indicadores oficiais determinados para seu monitoramento e avaliação, considerando as políticas públicas desenvolvidas e aplicadas no período de vigência do PEE/SC, tendo como questões norteadoras: Qual o cenário atual da oferta do ensino médio em Santa Catarina? Qual o cenário atual no cumprimento da meta 7 do PEE/SC no que se refere ao ensino médio? Quais as principais políticas públicas desenvolvidas com vistas ao alcance da meta 7, que envolvem o ensino médio? A partir do cenário atual, é possível que Santa Catarina consiga alcançar a meta prevista para 2024 para o ensino médio?

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é responsável por publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas do censo demográfico, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos censos nacionais da educação básica e superior, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), bem como outras fontes e informações relevantes (BRASIL, 2014a).

Portanto, além da revisão da literatura sobre a temática, este estudo é embasado em relatórios de monitoramento do PNE, publicados pelo INEP, e com as seguintes bases de dados sob sua responsabilidade: a) censo da Educação Básica, com um recorte do total de matrículas do ensino médio, para o período de 2013 a 2019, somente de Santa Catarina, para as dependências administrativas municipal, federal, estadual e privada; e b) índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), principal indicador de monitoramento e avaliação da meta 7 (BOF, 2016), para o período de 2005 a 2019, somente para o ensino médio, redes pública e privada, considerando também a série histórica de seus componentes de aprovação e aprendizado (SAEB). Também, este estudo contará com a pesquisa documental das políticas públicas voltadas para o ensino médio, para o período de 2013 a 2020.

O artigo está estruturado em cinco seções. Inicialmente na seção 1, introduz-se e contextualiza-se o tema, define-se o problema e expõe-se a justificativa da pesquisa. Em seguida, na seção 2, aborda-se a fundamentação teórica acerca do planejamento educacional, do plano estadual de educação de Santa Catarina e, mais especificamente, de sua meta de qualidade. Na seção 3, explicita-se os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos. Realiza-se a descrição e discussão dos resultados obtidos, seção 4. Por fim na seção 5, apresentam-se as conclusões e recomendações para trabalhos futuros, seguidas das referências.

## **2 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**

A compreensão dos processos históricos de construção dos Planos de Educação de Santa Catarina exige sua contextualização no cenário nacional. Para tanto, apresenta-se inicialmente um breve histórico sobre o planejamento educacional no Brasil, seguido do contexto estadual.

Passaram-se 82 anos desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, até a aprovação do último PNE, em 2014. Ao longo desse período, em relação ao planejamento educacional no Brasil, existiram momentos de participação, inicialmente focados nos agentes de governo e, mais recentemente, na sociedade civil organizada, e outros de completo vazio das vozes silenciadas pela ditadura. Foram décadas de muitas propostas, muitos desencontros, mas de poucos avanços, com planos de educação fragmentados e caracterizados, em sua maioria, como planos de governo, não de Estado (BRASIL, 2011).

Nesse período a concepção de planejamento registrou significativas mudanças: de um modelo tecnicista para uma dimensão política; de uma concepção normativo/prescritiva da realidade futura, para a dimensão estratégica, com definição de diretrizes orientando a transformação da realidade e de objetivos e metas como apostas da caminhada rumo ao futuro desejado e possível (BRASIL, 2011, p. 2).

O Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) representa o primeiro passo para a mudança na política educacional do Brasil sob a égide da Constituição Federal de 1988, antes mesmo da aprovação da LDBEN de 1996. Ele foi elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, com representantes dos segmentos público e privado, e a primeira proposta passou por amplo debate no território nacional, nos Municípios, nos Estados, nas entidades representativas da sociedade civil, nas universidades e no âmbito dos poderes legislativo e judiciário. O Plano resultou do compromisso assumido pelo Brasil com o cumprimento das resoluções aprovadas na Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial (BRASIL, 1993, 2011). Cabe destacar, neste sentido, que a criação de organizações internacionais de natureza intergovernamental – como a UNESCO, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – impulsionou a internacionalização da temática educacional de tal maneira que países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento passaram a depender da legitimação e da assistência técnica e financeira dessas organizações, o que possibilitou uma rápida expansão da teoria do capital humano e da planificação educacional (DAROS; VALLE; MELO, 2012; FONSECA; FERREIRA; SCAFF, 2020).

Logo após a aprovação da LDBEN de 1996<sup>1</sup>, educadores e sociedade civil se mobilizaram em torno da elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação, de caráter global e de Estado, com vistas a atender ao preconizado na CF de 1988 e no art. 87, parágrafo primeiro, da LDBEN: “a União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (BRASIL, 2011). A tramitação desse PNE ocorreu por meio de dois projetos: um advindo da sociedade civil organizada com a tradução dos anseios e reivindicações históricas da educação nacional e outro advindo do Poder Executivo Federal (DOURADO, 2010; FONSECA; FERREIRA; SCAFF, 2020). Todavia, segundo Dourado (2010, p. 682-683), “tais propostas expressavam concepções e prioridades educacionais distintas, sobretudo na abrangência das políticas, em seu financiamento e gestão”. Por fim, em 2001, sua aprovação priorizou a proposta estratégica de governo para o decênio de 2001 a 2010. Mesmo apresentando metas de amplo alcance para a educação básica, este PNE configurou-se como plano formal, sem mecanismos concretos de

---

<sup>1</sup> Destaca-se também o escopo de financiamento da educação, em 1996, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Emenda Constitucional nº 14/1996), que, em 2006, passa a ser o Fundo de Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação (Emenda Constitucional nº 53/2006), cuja vigência se estende até 2020 (BRASIL, 2014b).

financiamento com vistas à superação dos grandes desafios para a melhoria da educação nacional, como, por exemplo, sua vinculação com o Plano Plurianual (PPA). Além disso, não se verificaram a elaboração e a aprovação de seus respectivos planos de educação na maioria dos estados e municípios brasileiros como previsto no PNE 2001-2010 – o que dificultou ainda mais o avanço na dinâmica de democratização do planejamento e da gestão da educação no país e para a ratificação do Plano como política de Estado, de acordo com Dourado (2010).

Em 2007, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), esse PNE ficou totalmente esquecido, visto que, conforme afirmado por Saviani (2007, p. 1240-1241), ele

[...] foi formulado paralelamente e sem levar em conta o disposto no PNE. E, como adotou o nome de Plano, projeta a percepção de que se trata de um novo Plano Nacional de Educação, que estaria sendo colocado no lugar do PNE aprovado pelo Congresso Nacional em 9 de janeiro de 2001. Para isso, porém, seria necessário que fosse aprovada uma nova lei que revogasse o atual PNE, substituindo-o por um novo plano que absorvesse as características do PDE. Mas não é disso que se trata. O PDE é lançado num momento em que se encontra formalmente em plena vigência o PNE, ainda que, de fato, este permaneça, de modo geral, solenemente ignorado.

Os pilares do PDE são: a visão sistêmica da educação, a territorialidade, o desenvolvimento, o regime de colaboração, a responsabilização e a mobilidade social, com programas e ações organizados em torno de quatro eixos norteadores a saber – alfabetização, educação básica, educação profissional e educação superior (BRASIL, 2007a).

O Plano Nacional de Educação subsequente, aprovado em 2014, traz avanços significativos no que tange às limitações apresentadas pelo PNE 2001-2010. Desse modo, além de outros documentos legais vigentes, ele encontrou na Emenda Constitucional nº 59/2009 um marco jurídico importante para a criação das condições objetivas à efetivação de políticas de Estado, com destaque para: a) a inclusão da expressão “Sistema Nacional de Educação” no texto constitucional; b) a obrigatoriedade do ensino de 4 a 17 anos de idade; c) a ampliação da abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica; d) o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto e; e) estabelecimento de duração decenal para o PNE (BRASIL, 2014b). Neste contexto, é possível observar:

[...] a retomada da realização de conferências nacionais de educação como espaços de participação da sociedade na construção de novos marcos para as políticas da área, que culminaram com a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) e a criação do Fórum Nacional de Educação (Portaria MEC nº 1.407/2010) (BRASIL, 2014b, p. 10).

Com o tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”, a CONAE de 2010 “[...] convergiu um intenso processo de mobilização e participação social e dela derivaram deliberações que indicaram as metas e estratégias da proposta do novo PNE” (BRASIL, 2011, p. 30). Sua aprovação se deu por meio da Lei nº 13.005/2014, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

Na esteira do planejamento educacional brasileiro, Santa Catarina tem seu primeiro Plano Estadual de Educação aprovado na década de 1960 abrangendo o período de 1969 a 1980. De caráter governamental, Daros (1984) salienta que o plano oferecia “[...] as normas pedagógicas e os procedimentos administrativos ao cumprimento do que dispõe o Sistema Estadual de Ensino” (p. 22). Ele era considerado um plano setorial que deveria ser compatível com os outros que compunham o II Plano de Metas do Governo. A elaboração desse Plano

contou com a assistência técnica estrangeira, principalmente no que tange à realização do IV Colóquio Estadual sobre a Organização do Sistema Estadual de Ensino (CEOSE), patrocinado pelo Ministério da Educação e Cultura em convênio com a UNESCO (DAROS, 1984).

Em 1983, o estado retoma as discussões para elaborar um novo PEE por meio de um processo de construção denominado “Democratização da Educação” com participação efetiva e ampla das diversas entidades e segmentos representativos da educação catarinense. Além de conter ações de correção das distorções da aplicação do plano anterior, esse Plano deveria apresentar novas ações visando racionalizar e ampliar os serviços oferecidos (SANTA CATARINA, 2004, 2015a). A movimentação para a sua construção ocorreu por meio de seminários escolares, municipais e regionais, seguidos do Congresso Estadual de Educação, em que foram aprovadas as diretrizes do Plano de Educação Catarinense. Nesse contexto, “[...] através de uma resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE, o documento intitulado “Democratização da Educação – A Opção dos Catarinenses” passa a ser o Plano Educacional para a gestão 1985 a 1988” (SANTA CATARINA, 2004, p. 16). Esse plano teve vigência de governo e se caracterizou pela participação tão somente de profissionais da área da educação.

Mais de uma década após o término de vigência desse plano, em decorrência das determinações do PNE 2001-2010, Santa Catarina elabora seu novo Plano Estadual de Educação, o qual foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado em 2002. No entanto, devido à conjuntura eleitoral da época, foi arquivado. As discussões são retomadas por meio do Seminário Estadual e do Congresso Estadual em 2003 e 2004, culminando numa nova versão do Plano que também foi arquivada no legislativo catarinense (SANTA CATARINA, 2015a).

Em 2009, Santa Catarina mobiliza a sociedade do estado para as etapas municipal e estadual da CONAE 2010, que serviu de referência para a construção do PNE 2014-2024, como mencionado previamente. Em 2013, ano anterior à aprovação do PNE, Santa Catarina realiza uma grande mobilização estadual no que tange às etapas antecedentes à CONAE 2014. As contribuições das etapas escolares, municipais, intermunicipais, regionais e estadual da CONAE 2014, o documento base da CONAE 2010 e o PNE orientaram a construção de seu atual Plano Estadual de Educação, aprovado pela Lei nº. 16.794, de 14 de dezembro de 2015, para o decênio de 2015 a 2024 (SANTA CATARINA, 2015a), preconizando as diretrizes:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;
- XI – priorizar a instituição do ensino integral na rede educacional pública catarinense; e
- XII – priorizar os investimentos educacionais nos Municípios e regiões com níveis baixos de IDH e IDH-E (BRASIL, 2015b, p. 1).

Seu acompanhamento e avaliações devem ocorrer em regime de colaboração entre Estado, municípios e sociedade civil, por meio de comissão constituída para esse fim (art. 5º,

da Lei nº. 16.794/2015). Nele, também está previsto que os instrumentos orçamentários – como os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias anuais do Estado e dos municípios, em alinhamento com o PNE – devem ser elaborados de forma a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PEE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução (art. 9º, da Lei nº. 16.794/2015).

Para o cumprimento de suas diretrizes, o PEE/SC contempla 19 metas e 312 estratégias. Uma vez que o objetivo deste artigo é analisar a meta 7, explorada na seção seguinte, a seguir são apresentadas brevemente todas as metas do Plano em cinco grupos estruturantes: garantia do direito à educação básica com qualidade; redução das desigualdades e a valorização da diversidade; valorização dos profissionais da educação; ensino superior; e financiamento e gestão (BRASIL, 2014c).

No grupo da garantia do direito à educação básica com qualidade estão: meta 1, de acesso à educação infantil; meta 2, de acesso ao ensino fundamental; meta 3, de acesso ao ensino médio; meta 5, da alfabetização infantil; meta 6, da educação em tempo integral; meta 7, do fomento à qualidade da educação básica; meta 9, da redução do analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; meta 10, da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e; meta 11, da ampliação da educação profissional técnica de nível médio. No grupo da redução das desigualdades e a valorização da diversidade estão: meta 4, do acesso à educação básica para o público da educação especial de 4 a 17 anos de idade; e meta 8, da elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.

No grupo da valorização dos profissionais da educação estão: meta 15, da política estadual de formação inicial e continuada; meta 16, da elevação do percentual de professores da educação básica em nível de pós-graduação; meta 17, do plano de carreira e da equiparação salarial dos professores da educação básica com o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. No grupo do ensino superior estão: meta 12, de ampliação do acesso ao ensino superior; meta 13, da elevação da qualidade da educação superior; e meta 14, da ampliação do acesso à pós-graduação. Por fim, o grupo do financiamento e gestão que contempla: a meta 18, acerca da gestão democrática; e meta 19, que trata do financiamento da educação catarinense.

Por meio da correspondência das metas do PEE/SC com as do PNE, observa-se que da meta 1 a meta 16 os objetivos são os mesmos, diferindo somente os valores a serem alcançados para cada meta. A partir da meta 17, observa-se que Santa Catarina optou por agrupar os objetivos das metas 17 e 18 do PNE em uma única meta, a meta 17. Diante disso, a meta 18 do PEE/SC corresponde à 19 do PNE e a meta 19 do PEE/SC corresponde à 20 do PNE.

## 2.1 A META DE QUALIDADE DO PEE/SC

Embora seja possível argumentar que a melhoria da qualidade da educação básica requer o cumprimento de outras metas do PEE/SC, a meta 7 tem sido referida como a meta de qualidade devido ao teor de seu enunciado, tal como no PNE (FETTER; LEMES; ZITIKOSKI, 2016; BOF, 2016):

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6

(SANTA CATARINA, 2015b, p. 15)

Em geral, as 44 estratégias da meta 7 tratam do currículo, da infraestrutura escolar, da gestão e da avaliação, pilares importantes no que concerne à qualidade da educação básica, cabendo destacar que uma mesma estratégia pode abarcar ações referentes a mais de um pilar (FETTER; LEMES; ZITIKOSKI, 2016). Quanto ao currículo, destacam-se as estratégias apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1: Estratégias do PEE/SC que contemplam ações sobre o currículo

<b>Estratégia</b>	<b>Descrição sintética</b>
7.1	Mediante pactuação interfederativa, estabelecimento e implantação de diretrizes pedagógicas para a educação básica e da base nacional comum dos currículos, com garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes em cada ano e período de seu percurso formativo, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.
7.20, 7.21, 7.22, 7.43 e 7.44	Garantia da redução das desigualdades e o respeito às diversidades, assegurando: a presença de conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena no currículo; o desenvolvimento de currículos e propostas pedagógicas diferenciadas para as escolas do campo, indígenas e de comunidades quilombolas; a consolidação da educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários; o fortalecimento e a articulação da educação no campo, através de fórum específico para esta modalidade e; a articulação da construção coletiva das diretrizes curriculares para a educação no campo.
7.36	Reestruturação e aprimoramento do ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

Fonte: Autora com base em Santa Catarina (2015b) e Fetter, Lemes e Zitikoski (2016)

Observa-se que as estratégias voltadas para o currículo evidenciam a necessidade de um currículo comum mínimo, para a educação básica, que garanta os direitos e objetivos de aprendizagem e respeite a diversidade estadual, regional e local. Além disso, segundo Fetter, Lemes e Zitikoski (2016), elas buscam garantir a redução das desigualdades e o respeito às diversidades. Quanto à infraestrutura escolar, observam-se estratégias apresentadas no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Estratégias do PEE/SC que contemplam ações sobre a infraestrutura escolar

<b>Estratégia</b>	<b>Descrição sintética</b>
7.9	Garantia do transporte escolar gratuito para os estudantes das escolas públicas.
7.13	Ampliação de programas e aprofundamento de ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
7.42	Garantia de que a educação escolar indígena e quilombola tenham transporte escolar de acordo com a necessidade de acesso da população à educação, bem como alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, que valorize a cultura alimentar desses povos.
7.14	Garantia de acesso à energia elétrica, ao abastecimento de água tratada, ao esgotamento sanitário e ao manejo dos resíduos sólidos a todas as escolas públicas de educação básica.
7.32	Garantia da renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.
7.40	Expansão de programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.
7.11	Universalização do acesso à rede mundial de computadores em banda larga.
7.12	Provimento de equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica.

Fonte: Autora com base em Santa Catarina (2015b) e Fetter, Lemes e Zitikoski (2016)



As estratégias da infraestrutura escolar envolvem ações acerca do transporte e da alimentação escolar, da energia elétrica e do saneamento básico nas escolas, dos equipamentos e recursos tecnológicos digitais, do acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, entre outros. Sobre as estratégias voltadas para a gestão, destacam-se aquelas apresentadas no Quadro 3:

Quadro 3: Estratégias do PEE/SC que contemplam ações sobre a gestão

<b>Estratégia</b>	<b>Descrição sintética</b>
7.5	Formalização e execução dos planos de ações articuladas.
7.23	Mobilização e criação de espaços de participação para as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos, e ampliação do controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.
7.24	Promoção da articulação dos programas da área da educação com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias.
7.25	Universalização, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, do atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
7.26	Estabelecimento de ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, e demais funcionários das escolas.
7.31	Institucionalização de programas e desenvolvimento de metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, em regime de colaboração.
7.33	Instituição, em regime de colaboração, de política de preservação da memória educacional.
7.34	Promoção, em regime de colaboração, da regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada.
7.35	Reconhecimento das práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.
7.37	Apoio técnico e financeiro à gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos.
7.38	Estímulo à articulação entre a graduação, pós-graduação, núcleos de pesquisa e extensão, e cursos de formação continuada para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.
7.39	Promoção da articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de cultura, esporte, saúde, assistência social, agricultura e direitos humanos, em parceria com as famílias e movimentos sociais.
7.41	Promoção da formação continuada específica para os profissionais de educação das escolas do campo.

Fonte: Autora com base em Santa Catarina (2015b) e Fetter, Lemes e Zitikoski (2016)

De forma abrangente, e considerando que a atuação da gestão deve perpassar por todas as 44 estratégias do PEE/SC, a meta 7 propõe, dentre outras coisas, o apoio técnico e financeiro à gestão escolar, com garantia da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, estímulo à formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica e a promoção da articulação dos programas da área da educação com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias. Quanto à avaliação e à autoavaliação, pelo Quadro 4 observam-se estratégias para:

Quadro 4: Estratégias do PEE/SC que contemplam ações sobre a avaliação e à autoavaliação

Estratégia	Descrição sintética
7.2	Assegurar, no último ano de vigência do Plano, que todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e, pelo menos, 80% o nível desejável.
7.3	Contribuir com o redimensionamento dos indicadores de avaliação institucional instituídos, em colaboração com os entes federados, a partir da realidade educacional de Santa Catarina.
7.4	Indução de processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática, articulado com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.
7.6	Colaboração no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial.
7.7	Melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).
7.16	Adesão e colaboração na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.
7.27	Criação do sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas.
7.29	Implementação de um programa de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho do IDEB, juntamente com os gestores das escolas.
7.30	Orientação das políticas das redes e sistemas de ensino, em regime de colaboração com os municípios, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual.

Fonte: Autora com base em Santa Catarina (2015b) e Fetter, Lemes e Zitikoski (2016)

As estratégias de avaliação e autoavaliação englobam: a avaliação institucional, por meio de instrumentos que favoreçam o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica; as avaliações de larga escala ao determinar que, ao final da vigência do PEE/SC, os estudantes atinjam, no mínimo, o nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem, quando preconiza a melhoria dos resultados do PISA e a melhoria dos resultados do IDEB. Elas também determinam a criação do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica.

### 2.1.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em alinhamento ao PNE, o IDEB é o principal indicador legal para o acompanhamento e a avaliação da meta 7 do PEE/SC. Nesse sentido, nessa seção, apresentam-se objetivamente sua origem, características, metodologia e especificidades, sem a pretensão de aprofundar as questões concernentes às limitações<sup>2</sup> do uso desse indicador para medir a qualidade da educação básica.

Foi no ensejo do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, em 2007, que o IDEB foi criado pelo INEP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo de aferir a qualidade da educação básica brasileira (BRASIL, 2007b). Simultaneamente, foi promulgado o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, carro-chefe regulador do PDE segundo Saviani (2007), sendo o IDEB o principal indicador utilizado para verificar o

<sup>2</sup> Estudos referentes às limitações do IDEB como forma privilegiada e exclusiva de aferir a qualidade da educação básica brasileira podem ser verificados em: Carreira e Pinto (2007); Dourado, Oliveira e Santos (2007); e Soares e Xavier (2013).

cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, para os estados e municípios que o aderissem (BRASIL, 2007b). Nesse contexto, foram traçadas as metas intermediárias do IDEB para o país, regiões, estados, municípios e escolas, seguindo a lógica de que para o Brasil alcançar a nota 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022, cada sistema deveria evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional (FERNANDES, 2007). Além disso, essa meta estipulada para o Brasil também significa que

[...] o país deve atingir em 2021, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação), da média dos países desenvolvidos (média dos países membros da OCDE) observada atualmente. Essa comparação internacional foi possível devido a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no PISA (*Programme for International Student Assessment*) e no Saeb (FERNANDES, 2007, p. 2).

Ainda de acordo com Fernandes (2007), o IDEB é um indicador educacional que relaciona o rendimento escolar (aprovação), obtido no Censo Escolar, com a média de desempenho nas avaliações padronizadas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em Língua Portuguesa e Matemática, para estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental de nove anos (4ª e 8ª séries do ensino fundamental de 8 anos) e 3ª série do ensino médio, com periodicidade bianual. Ao longo de sua existência, o SAEB, e consequentemente o IDEB, passou por aprimoramentos – entre eles, a inclusão dos estudantes da 4ª série do ensino médio na edição de 2013. Essa combinação de fluxo e proficiência é expressa em valores de 0 a 10 no que tange ao andamento dos sistemas de ensino do país, regiões, estados, municípios e escolas, cuja fórmula geral de cálculo é apresentada no Quadro 5:

Quadro 5: Fórmula geral de cálculo do IDEB

$$IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji}; \quad 0 \leq N_j \leq 10; \quad 0 \leq P_j \leq 1; \quad \text{e} \quad 0 \leq IDEB_j \leq 10$$

Em que:

$i$  = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

$N_{ji}$  = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos estudantes da unidade  $j$ , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

$P_{ji}$  = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos estudantes da unidade  $j$ .

Fonte: INEP

O IDEB também está presente na Lei do atual PNE, de 2014, em seu art. 11. Contudo, diferentemente da redação dada pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, o protagonismo na aferição da qualidade da educação básica passa a ser do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, considerando indicadores de rendimento escolar, de avaliação institucional e o IDEB.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo classifica-se como exploratório, de natureza qualitativa, pois pretende “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41), mediante revisões bibliográfica e documental. Para tanto, ele está organizado em três etapas: teórica, empírica e analítica.

Na etapa teórica, realizou-se a revisão da literatura a partir das seguintes bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Google Acadêmico*, Periódicos da CAPES e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Também, foram consultados os portais do INEP, do Ministério da Educação (MEC) e da SED/SC, legislações vigentes acerca do tema, além de busca em anais, congressos e simpósios da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

Num primeiro momento, realizou-se a busca com os descritores “Planejamento Educacional no Brasil”, “Plano Nacional de Educação” e “Plano Estadual de Educação de Santa Catarina” para a elucidação dos contextos, conceitos e características desses instrumentos de planejamento educacional. Num segundo momento, aprofundou-se a pesquisa sobre a meta 7 do PEE/SC considerando os descritores “Meta 7 do PEE/SC”, “Indicadores da Meta 7” e “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”.

A etapa empírica consistiu na coleta e tratamento dos dados e indicadores catarinenses necessários para a compreensão da evolução do cumprimento da meta 7 do PEE/SC, quais sejam: a distribuição das matrículas no ensino médio, por dependência administrativa; o percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentam a escola ou já concluíram a educação básica; e os resultados do IDEB, das taxas de aprovação e do SAEB, para as redes pública (municipal, estadual e federal) e privada e por dependência administrativa.

Para o IDEB e seus componentes, optou-se por utilizar toda a série histórica de resultados com o objetivo de identificar tendências de 2005 a 2019. Quanto aos indicadores de matrículas e taxa de atendimento, considerando que os planos estaduais e municipais devem ser consonantes ao PNE, optou-se por utilizar os dados a partir de 2013, ano anterior à sua aprovação.

A etapa analítica é composta pelo tratamento dos dados por meio da análise descritiva que permite organizar, resumir e descrever os aspectos importantes acerca do cumprimento da meta 7, bem como comparar tais características entre as dependências administrativas.

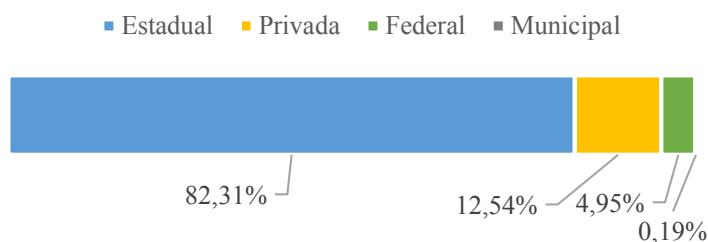
## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBSERVADOS PARA A META 7**

Esta seção apresentará os resultados da pesquisa, iniciando pela apresentação e análise do perfil da oferta do ensino médio em Santa Catarina. Em seguida, apresentam-se os resultados do IDEB e seus componentes, bem como das políticas públicas desenvolvidas para o Ensino Médio.

### **4.1 PERFIL DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO EM SANTA CATARINA**

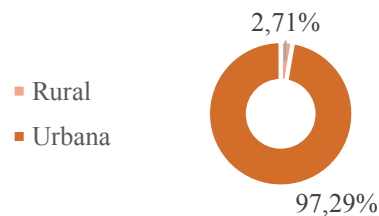
De acordo com a atual LDBEN, em seu art. 10, inciso VI, aos Estados cabe assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio. No Censo da Educação Básica de 2019, Santa Catarina registrou um total de 242.876 matrículas no ensino médio regular, distribuídas em 999 escolas, representando 15,08% do total de matrículas na educação básica. Os Gráficos 1 e 2 apresentam, respectivamente, a distribuição percentual do total de matrículas do ensino médio, por dependência administrativa, e a distribuição percentual do total de matrículas do ensino médio, por zona de localização, de 2019.

Gráfico 1: Distribuição percentual do total de matrículas do ensino médio, por dependência administrativa – 2019, Santa Catarina



Fonte: INEP

Gráfico 2: Distribuição percentual do total de matrículas do ensino médio, por zona de localização – 2019, Santa Catarina

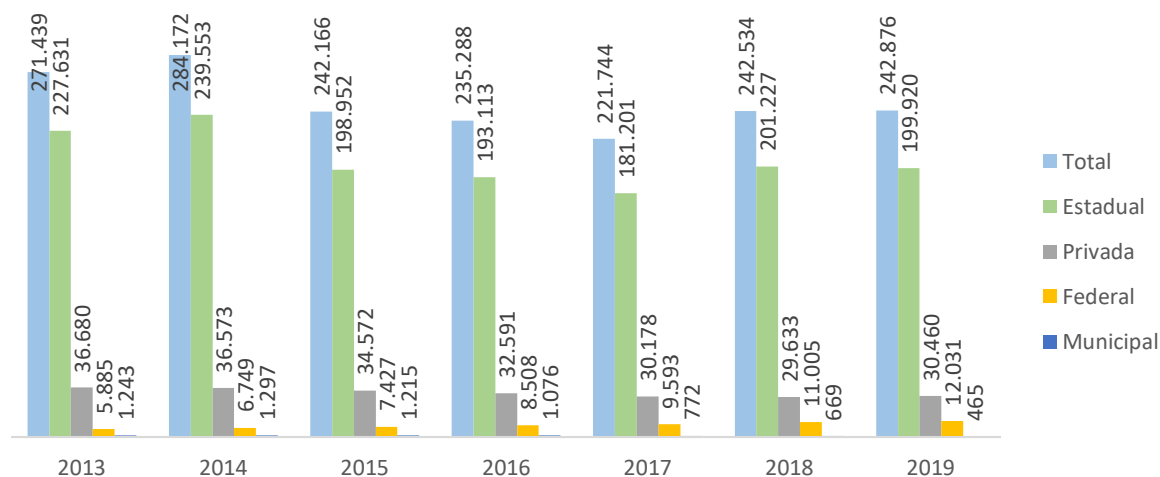


Fonte: INEP

Em cumprimento ao dispositivo legal em 2019, a dependência administrativa estadual ofertou a maior parcela das matrículas no ensino médio, 82,31%, em 728 escolas, seguida da privada com 12,54%, em 234 escolas, da federal com 4,95%, em 32 escolas, e da municipal com 0,19%, em 5 escolas, conforme Gráfico 1. Menos de 3% das matrículas do ensino médio são provenientes da zona rural (Gráfico 2).

Ainda de acordo com o Censo da Educação Básica de 2019, a dependência administrativa estadual atendeu a estudantes do ensino médio nos 295 municípios catarinenses, enquanto a dependência administrativa privada em 67, a federal em 31 e a municipal em 5. O total de matrículas do ensino médio de Santa Catarina correspondeu a 3,25% do total do Brasil e 24,6% do total da Região Sul. O Gráfico 3 apresenta a série histórica do total de matrículas no ensino médio catarinense, por dependência administrativa, de 2013 a 2019.

Gráfico 3: Série histórica do total de matrículas no ensino médio, por dependência administrativa – 2013 a 2019, Santa Catarina



Fonte: INEP

Pela série histórica dos últimos sete anos (Gráfico 3), Santa Catarina apresentou uma redução de 10,52% no total de matrículas do ensino médio, no comparativo de 2013 com 2019, registrando 271.439 e 242.876 matrículas, respectivamente. Em 2014, observa-se o maior registro de matrículas (284.172); contudo, nos anos subsequentes, de 2015 a 2017, houve queda e, mesmo com um ligeiro crescimento em 2018 e 2019, não foi suficiente para alcançar os patamares de 2013 e 2014. Essa diminuição das matrículas nos últimos anos pode estar relacionada com a redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 23,1% no comparativo entre 2013 e 2019) e com a melhoria no fluxo no

ensino médio (a taxa de aprovação do ensino médio subiu 3,0 pontos percentuais de 2013 a 2019). Ainda no comparativo entre 2013 e 2019, a dependência administrativa estadual apresentou uma diminuição de 12,17% do seu total de matrículas (-27.711 matrículas), a privada de 16,96% (-6.220 matrículas), a municipal de 62,59% (-778 matrículas), e a federal teve aumento de 104,44% (+6.146 matrículas).

A Tabela 1 mostra a evolução do total de matrículas do ensino médio em tempo integral, por dependência administrativa, de 2013 a 2019.

Tabela 1: Total de matrículas do ensino médio, em tempo integral, por dependência administrativa – 2013 a 2019, Santa Catarina

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2013	15.084	2.571	10.746	169	1.598
2014	19.569	2.875	14.688	251	1.755
2015	16.744	3.491	11.760	229	1.264
2016	17.762	4.141	12.115	213	1.293
2017	19.080	5.027	12.915	126	1.012
2018	21.946	5.820	14.715	129	1.282
2019	24.561	6.498	16.317	112	1.634
Variação 2013-2019	62,83%	152,74%	51,84%	-33,73%	2,25%

Fonte: INEP

De acordo com Tartuce, Moriconi, Davis e Nunes (2018), as escolas com oferta de educação em tempo integral são boas alternativas para atrair e manter o jovem na escola. Na Tabela 1, é possível observar que, em 2019, as matrículas em tempo integral representaram 10,1% do total de matrículas do ensino médio. Houve um aumento de 62,83% no total de matrículas, no comparativo de 2013 com 2019, impulsionado, muito provavelmente, pelo que preconiza a meta 6 do PEE/SC sobre a ampliação da oferta da educação básica em tempo integral nas escolas públicas, já que é possível observar aumento absoluto e relativo nas dependências administrativas estadual e federal, ao se comparar com a dependência administrativa privada.

Santa Catarina oferece o ensino médio na forma geral (propedêutico), na forma profissionalizante<sup>3</sup> (ensino médio integrado à educação profissional e magistério) e na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA). Como a EJA não é objeto de estudo deste artigo, seus números não serão apresentados. A Tabela 2 apresenta a evolução do total de matrículas do ensino médio de formação geral e do integrado à educação profissional, de 2013 a 2019.

Tabela 2: Total de matrículas no ensino médio, por forma de oferta e dependência administrativa – 2013 a 2019, Santa Catarina

Ano	Ensino Médio (formação geral)					Ensino Médio Profissionalizante			
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Privada
2013	254.274	274	216.164	1.243	36.593	17.165	5.611	11.467	87
2014	266.279	255	228.250	1.297	36.477	17.893	6.494	11.303	96
2015	226.036	269	190.161	1.215	34.391	16.130	7.158	8.791	181
2016	216.957	375	183.113	1.076	32.393	18.331	8.133	10.000	198
2017	201.213	353	170.066	772	30.022	20.531	9.240	11.135	156
2018	220.744	255	190.384	669	29.436	21.790	10.750	10.843	197
2019	220.032	245	189.152	465	30.170	22.844	11.786	10.768	290
Variação 2013-2019	-13,47%	-10,58%	-12,50%	-62,59%	-17,55%	33,08%	110,05%	-6,10%	233,33%

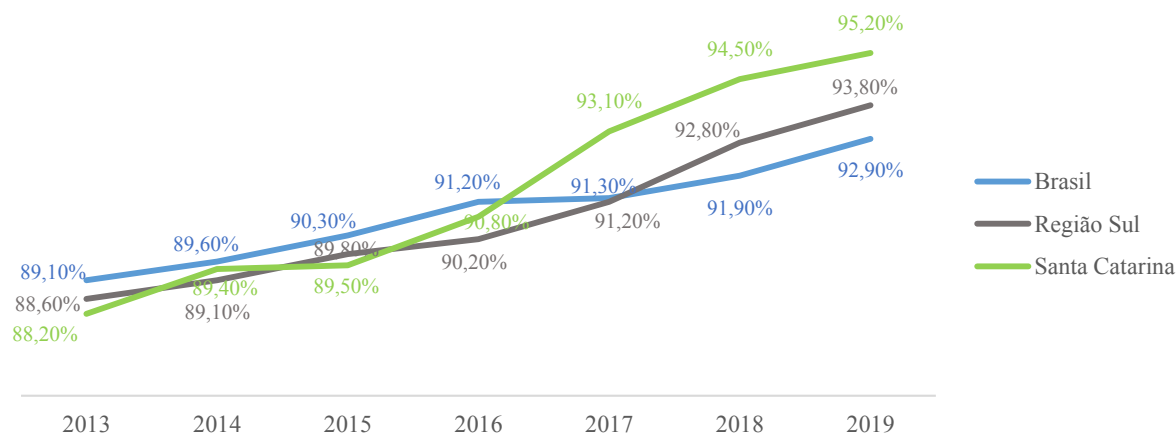
Fonte: INEP

<sup>3</sup> Não serão tratadas neste artigo as outras formas de oferta de educação profissional de nível médio, tais como cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao ensino médio, que representam 8.246 e 34.272 matrículas, respectivamente, em 2019, de acordo com o Censo da Educação Básica.

O ensino médio propedêutico representou 90,6% do total de matrículas no ensino médio em 2019, enquanto a oferta na forma profissionalizante representou 9,4%, conforme Tabela 2. De 2013 a 2019, houve diminuição de 13,47% no total de matrículas do ensino médio propedêutico e aumento de 33,08% no total de matrículas do ensino médio integrado à educação profissional (EMIEP) e magistério. O crescimento no total de matrículas do ensino médio profissionalizante é decorrente do aumento de 110,05% das matrículas na rede federal e de 233,33% na rede privada, enquanto a rede estadual apresentou queda de 6,10%.

A Meta 3, do PEE/SC, determinou que Santa Catarina universalizasse, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade, independente da etapa de ensino. O Gráfico 4 apresenta a trajetória do atendimento escolar a esta população no Brasil, na Região Sul e em Santa Catarina, de 2013 a 2019.

Gráfico 4: Percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentam a escola ou já concluíram a educação básica – 2013 a 2019 – Brasil, Região Sul e Santa Catarina

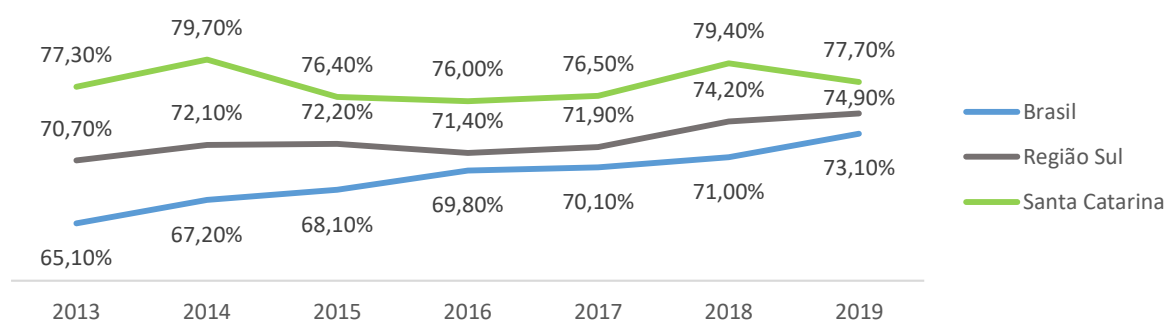


Fonte: INEP (2020)

Como é possível observar no Gráfico 4, o Brasil, a Região Sul e o estado de Santa Catarina apresentaram aumento do percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade na escola, entre 2013 e 2019. O Brasil teve crescimento de 3,8 pontos percentuais (p.p.), enquanto a Região Sul cresceu 5,2 p.p. e Santa Catarina 7 p.p.. No entanto, este crescimento não foi suficiente para a obtenção de êxito na meta de universalizar o atendimento escolar para esta população, uma vez que o Brasil registrou 92,90%, a Região Sul 93,80% e Santa Catarina 95,20%, em 2019. Segundo o INEP (2020), Santa Catarina registrou cerca de 13 mil jovens fora da escola em 2019.

A meta 3 também determina que se eleve, até o final da vigência do Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90%. O Gráfico 5 traz o percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentavam o ensino médio ou já concluíram a educação básica, para o Brasil, Região Sul e Santa Catarina, de 2013 a 2019.

Gráfico 5: Percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentam o ensino médio ou já concluíram a educação básica – 2013 a 2019, Brasil, Região Sul e Santa Catarina



Fonte: INEP (2020)

No Gráfico 5, é possível observar que o Brasil apresenta crescimento de 8 p.p. na taxa líquida de matrícula do ensino médio, de 2013 a 2019. Com algumas oscilações, a Região Sul apresentou crescimento de 4,2 p.p. entre 2013 e 2019. Apesar de obter desempenho superior ao do Brasil e da Região Sul, Santa Catarina não tem conseguido manter uma regularidade de crescimento dessa taxa, já que em 2019 o resultado foi de 77,7%, praticamente igual à taxa de 2013 (77,3%) e distante 12,3 p.p. da meta.

Os resultados apresentados nesta seção mostram que Santa Catarina ainda não obteve pleno êxito na garantia do acesso ao ensino médio com conclusão na idade certa para seus adolescentes e jovens, evidenciando o desafio de tornar a escola atrativa de tal maneira que haja redução da repetência e da evasão escolar (TARTUCE *et al.*, 2018). Os indicadores de repetência e evasão escolar são maiores no ensino médio, mas também são observados no ensino fundamental com consequências à etapa seguinte.

De acordo com o INEP, em 2018, o ensino fundamental apresentou uma taxa de repetência igual a 6% na rede pública e 2% na rede privada e uma taxa de evasão de 1,6% na rede pública e 1,2% na rede privada. O ensino médio apresentou uma taxa de repetência igual a 8,6% na rede pública e 3,1% na rede privada e uma taxa de evasão de 10,8% na rede pública e 2,5% na rede privada. Além disso, 0,7% dos estudantes do ensino fundamental da rede pública migraram para a educação de jovens e adultos, em 2018, assim como 1,6% dos estudantes do ensino médio da rede pública e 0,4% da rede privada. Embora tenha havido avanços entre 2013 e 2018, é possível afirmar que esse desafio ainda não foi superado, já que perpassa por outro de tamanha grandeza, o da qualidade.

Nesse sentido, a seguir, analisa-se a situação do cumprimento da meta 7, que trata da qualidade da educação básica, cujo indicador principal de monitoração e avaliação é o IDEB.

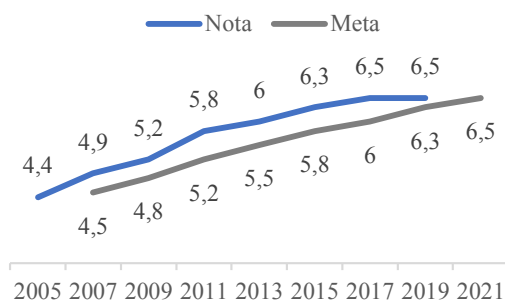
#### 4.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO MÉDIO

A meta 7 refere-se a todo percurso formativo da educação básica. Desse modo, iniciam-se as análises com a contextualização geral dos resultados dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, seguido do aprofundamento dos estudos acerca dos resultados para o ensino médio, destacando as principais políticas públicas para esta etapa de ensino no período de vigência do PEE/SC.

Os Gráficos 6 e 7 apresentam a série histórica do IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, das redes pública (municipal, estadual e federal) e privada de Santa Catarina, respectivamente.

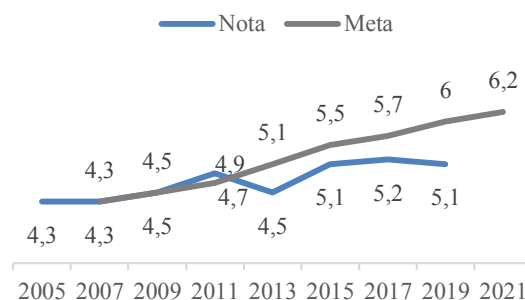


Gráfico 6: Série histórica do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental – Redes pública e privada, Santa Catarina



Fonte: INEP

Gráfico 7: Série histórica do IDEB dos anos finais do ensino fundamental – Redes pública e privada, Santa Catarina



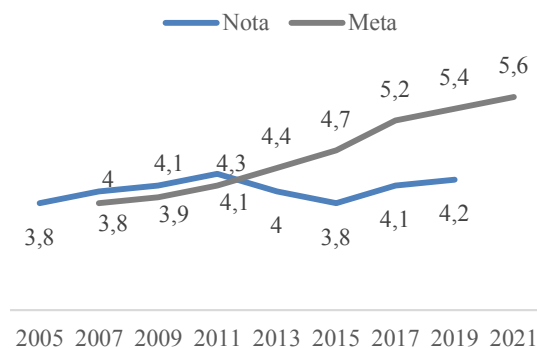
Fonte: INEP

O IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental apresenta uma trajetória crescente de 2005 a 2017. Em 2019, ele se manteve estável com relação a 2017. Esta etapa de ensino superou todas as metas fixadas no PEE/SC, conforme Gráfico 6. Houve crescimento na taxa média de aprovação e na proficiência média dos estudantes do 5º ano em Língua Portuguesa e em Matemática nas avaliações do SAEB.

De 2007 a 2011, o IDEB dos anos finais do ensino fundamental apresentou trajetória crescente e conseguiu atingir todas as metas intermediárias fixadas no PEE/SC. Entretanto, em 2013, houve queda na nota com relação a 2011 e, desde então, mesmo retomando o crescimento em 2015, está distante do alcance das metas conforme o Gráfico 7. A taxa média de aprovação sofreu oscilações ao longo do período, variando de 86% a 92,4%. Já a proficiência média dos estudantes do 9º ano em Matemática/SAEB apresentou crescimento em todos os anos observados, exceto em 2013 quando houve uma redução média de 8,03 pontos com relação a 2011. Em Língua Portuguesa houve queda na proficiência média dos estudantes em 2007, 2013 e 2019.

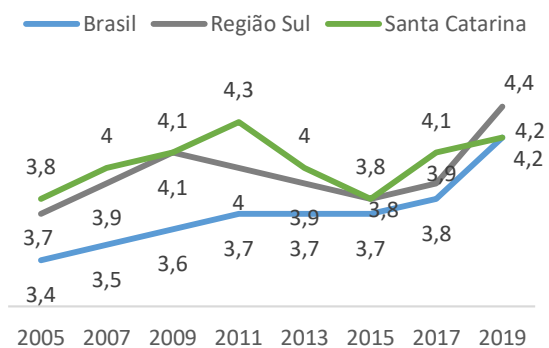
Quanto ao ensino médio, o Gráfico 8 traz a trajetória do IDEB catarinense e as respectivas metas, de 2005 a 2019, e o Gráfico 9 apresenta o comparativo da trajetória do Brasil, da Região Sul e de Santa Catarina, para as redes pública e privada, para o mesmo período.

Gráfico 8: IDEB do ensino médio – Redes pública e privada, Santa Catarina



Fonte: INEP

Gráfico 9: IDEB do ensino médio – Redes pública e privada, Brasil, Região Sul e Santa Catarina



Fonte: INEP

Seguindo o mesmo comportamento dos anos finais do ensino fundamental, ainda que seus resultados, na sua maioria, tenham sido menores aos desta etapa de ensino, o IDEB do ensino médio também apresentou trajetória crescente de 2005 a 2011, superando as metas

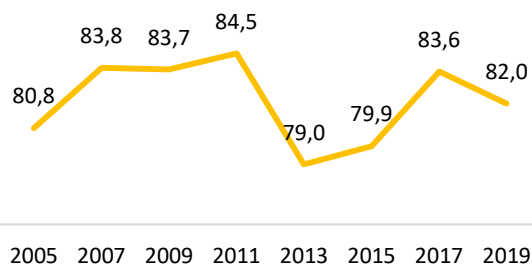
intermediárias para o período, conforme Gráfico 8. Em 2013, inicia-se uma trajetória de distanciamento das metas previstas, apresentando resultado igual ao de 2007 (4,0). Em 2015, volta-se ao patamar de 2005 (3,8) e recupera-se ligeiramente em 2017, com índice igual ao de 2009 (4,1). Em 2019, o resultado observado de 4,2 é inferior ao maior resultado atingido em 2011 (4,3) e está distante 1,2 pontos da meta fixada para esse ano. Considerando-se os resultados do período em que o PNE e o PEE/SC estão vigentes (2015, 2017 e 2019), é possível observar que não houve avanço na trajetória do ensino médio catarinense se comparado com o período de 2005 a 2013 – o comportamento é de recuperação, já que em 2015 voltou ao índice de 2005. Nesse ritmo, é possível inferir que seja improvável atingir a meta de 5,6 no IDEB em 2021.

O Gráfico 9 evidencia que os resultados do IDEB catarinense são superiores aos do país, para o período de 2005 a 2017. Em 2019, eles atingiram o mesmo índice (4,2). Com relação à Região Sul, Santa Catarina registrou resultados superiores nos anos de 2005, 2007, 2011, 2013 e 2017. Em 2009 e 2015, houve uma obtenção do mesmo índice (4,1 e 3,8, respectivamente) e, em 2019, a Região Sul obteve resultado igual a 4,4, superior ao de Santa Catarina e do Brasil.

Com relação aos outros estados brasileiros, em 2005, 2007 e 2011, Santa Catarina apresentou a maior nota no IDEB do ensino médio – em 2005, juntamente com Espírito Santo (3,8) e Minas Gerais (3,8) e, em 2007, com Distrito Federal (4,0) e Paraná (4,0). Em 2009, ocupou a segunda posição, ficando atrás somente do Paraná (4,2). Em 2013, ocupou a segunda posição juntamente com Distrito Federal (4,0), Goiás (4,0) e Rio de Janeiro (4,0), ficando atrás somente de São Paulo (4,1). De 2015 a 2019, enquanto Santa Catarina apresenta queda e recuperação no seu desempenho, outros estados conseguiram avançar e galgar posições de destaque, como Pernambuco, Ceará e Rondônia. Em 2019, Santa Catarina (4,2) ficou atrás do Espírito Santo (4,8), Goiás (4,8), Paraná (4,7), São Paulo (4,6), Distrito Federal (4,5), Pernambuco (4,5), Ceará (4,4) e Rondônia (4,3).

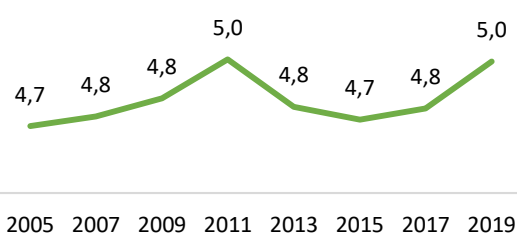
Tão importante quanto analisar os resultados do IDEB é a análise dos resultados de suas dimensões constitutivas. Destarte, o Gráfico 10 apresenta a taxa de aprovação do ensino médio, para as redes pública e privada de Santa Catarina, no período de 2005 a 2019, e o Gráfico 11 mostra o desempenho médio padronizado do ensino médio nas avaliações do SAEB, para as redes pública e privada de Santa Catarina, no período de 2005 a 2019.

Gráfico 10: Taxa de aprovação do ensino médio – Redes pública e privada, Santa Catarina



Fonte: INEP

Gráfico 11: Desempenho médio padronizado do ensino médio nas avaliações do SAEB – Redes pública e privada, Santa Catarina



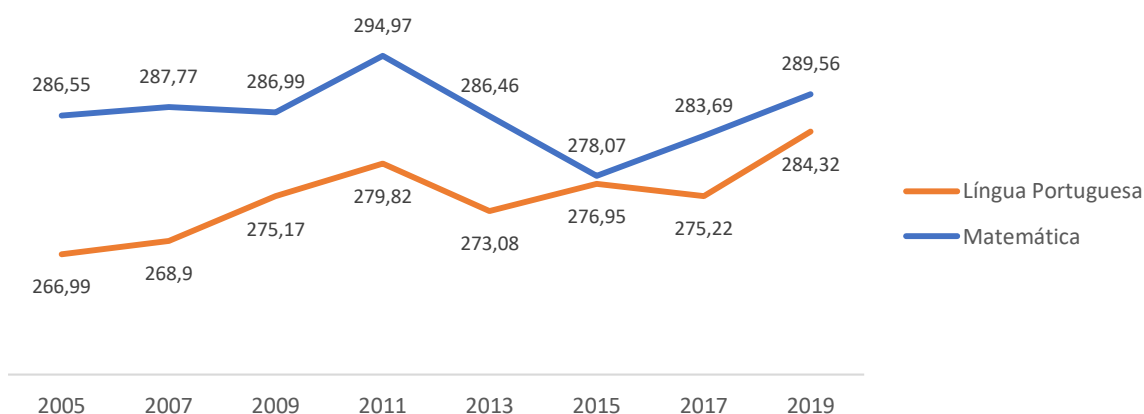
Fonte: INEP

Verifica-se um aumento de 3,7 p.p. na taxa de aprovação entre 2005 (80,8%) e 2011 (84,5%), e queda de 5,5 p.p. em 2013 com relação a 2011, de acordo com Gráfico 10. Nos anos subsequentes a 2013, há recuperação gradativa da taxa de aprovação até 2019, quando o indicador voltou a cair. Santa Catarina ainda apresenta um percentual significativo de estudantes que reprovam e/ou abandonam a escola, uma vez que a maior taxa de aprovação observada para o período é de 84,5% em 2011. Em 2019, 82% dos estudantes foram aprovados e os 18% restantes não obtiveram êxito quanto ao fluxo escolar.

De acordo com o Gráfico 11, o desempenho médio padronizado dos estudantes no SAEB ficou praticamente estagnado nos anos de 2005, 2007, 2009, 2013, 2015 e 2017, oscilando entre 4,7 e 4,8. O ano de 2011 apresentou resultado igual a 5,0, quando houve o registro da maior taxa de aprovação (84,5%) no ensino médio e atingiu-se a maior proficiência em Matemática (294,97), para o período observado. Em 2019, o desempenho também foi 5,0, quando o estado atingiu a maior proficiência em Língua Portuguesa (284,32).

O desempenho médio padronizado dos estudantes no SAEB torna-se mais compreensível quando observados os resultados por área de composição. Neste sentido, o Gráfico 12 apresenta a evolução da proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática do ensino médio, para as redes pública e privada de Santa Catarina.

Gráfico 12: Proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática do ensino médio, nas avaliações do SAEB – Redes pública e privada, Santa Catarina

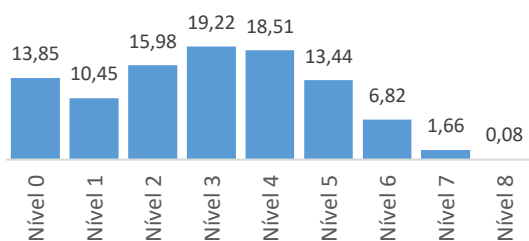


Fonte: INEP

No comparativo de 2019 com 2005, houve crescimento de 17,33 pontos na proficiência média em Língua Portuguesa e 3,01 pontos em Matemática, mesmo havendo oscilações na trajetória das duas áreas (Gráfico 12). Em sua maioria, a proficiência em Matemática se apresentou superior à em Língua Portuguesa, mas é possível observar que a última teve maior incremento ao longo do tempo.

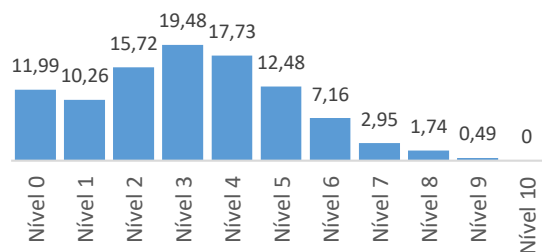
A proficiência média dos estudantes de Santa Catarina, em todas as edições do SAEB, encontra-se no Nível 3 (de 275 a 300 pontos) das escalas de Língua Portuguesa e Matemática. Diante disso, e considerando as diretrizes da qualidade e da equidade preconizadas no PEE/SC, é imprescindível analisar também os níveis de aprendizado alcançados pelos estudantes do ensino médio, com vistas a monitorar o cumprimento da estratégia 7.2 sobre assegurar que todos os estudantes dos ensinos fundamental e médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo – sendo 80% (pelo menos), o nível desejável. Os Gráficos 13 e 14 apresentam a distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática, respectivamente, no SAEB de 2019.

Gráficos 13: Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência em Língua Portuguesa, no ensino médio – Redes pública e privada – 2019, Santa Catarina



Fonte: INEP

Gráficos 14: Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência em Matemática, no ensino médio – Redes pública e privada – 2019, Santa Catarina



Fonte: INEP

Em Língua Portuguesa, observa-se que 59,5% dos estudantes se encontram nos níveis mais baixos da escala (Níveis 0, 1, 2 e 3) e uma pequena parcela se encontra nos níveis mais elevados 6, 7 e 8 (8,56%), Gráfico 13. Em Matemática, a situação é similar, já que 57,45% dos estudantes encontram-se nos Níveis 0, 1, 2 e 3, enquanto 12,34% nos Níveis 6, 7, 8, 9 e 10, Gráfico 14. De acordo com o INEP, o SAEB não utilizou itens da 3ª série que avaliam as habilidades do Nível 0 e que os estudantes que estão nesse nível requerem atenção especial, pois ainda não demonstram habilidades elementares que deveriam apresentar nessa etapa escolar. Santa Catarina registrou 13,85% dos estudantes no Nível 0 em Língua Portuguesa e 11,99% em Matemática. Face ao exposto, verifica-se que, nas duas áreas, há desigualdade de aprendizado e que ainda há uma parcela considerável de estudantes nos níveis mais baixos das escalas.

Segundo o INEP (2020) e Bof (2016), para que a estratégia 7.2 possa ser monitorada de maneira efetiva, é necessário que se defina oficialmente o nível “suficiente” de aprendizado em relação aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as etapas avaliadas da educação básica.

A compreensão ampliada do desempenho de Santa Catarina no IDEB exige também a observação da série histórica dos resultados do ensino médio por dependência administrativa, município e escola. No que tange à análise por município e escola, há algumas limitações que dificultam um estudo adequado, quais sejam: somente a partir de 2017 o IDEB do ensino médio passa a ser divulgado para as escolas públicas e seus municípios, quando ocorreu a primeira edição do SAEB de maneira censitária para os concluintes do ensino médio; menos de 35% das escolas estaduais possuem os resultados do IDEB divulgados nas duas edições. Além disso, somente 60 possuem resultados em 2017 e 2019; as dependências administrativas federal e municipal também possuem um número reduzido de escolas com resultados divulgados; e a participação das escolas privadas é voluntária, somente 24 possuem resultados em 2017 e nenhuma em 2019 (INEP, 2020). Por essa razão, este estudo se restringirá somente às análises por dependência administrativa.

Na desagregação por dependência administrativa, em âmbito de estados e regiões, o INEP divulga os resultados somente para a estadual e a privada. Sendo assim, a Tabela 3 apresenta a trajetória do IDEB para essas duas dependências administrativas, juntamente com as metas previstas para o período.

Tabela 3: IDEB do ensino médio por dependência administrativa, Santa Catarina

Dep. Adm.	Nota/Meta	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Estadual	Nota	3,5	3,8	3,7	4,0	3,6	3,4	3,6	3,8	
	Meta		3,5	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3
Privada	Nota	5,7	5,5	6,1	6,0	5,9	5,8	6,0	6,2	
	Meta		5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,0	7,1

Fonte: INEP

Com oscilações no percurso, o menor resultado da rede estadual foi em 2015 (3,4) e o maior em 2011 (4,0). Em 2019, retornou-se ao patamar de 2007, com IDEB igual a 3,8, conforme Tabela 3. A rede privada também apresentou oscilação, sendo o menor IDEB observado em 2007 (5,5) e o maior em 2019 (6,2). O menor IDEB da rede privada supera em 1,5 pontos o maior índice da rede estadual, evidenciando discrepâncias entre os desempenhos. Quanto ao cumprimento das metas intermediárias, a rede estadual as alcançou ou superou de 2007 a 2011, a partir de 2013 se distanciou e, muito provavelmente, não conseguirá atingir a meta de 5,3 em 2021. A rede privada não alcançou a meta de 2007, superou a meta de 2009 e alcançou a meta de 2011; porém, a partir de 2013 se distanciou das metas intermediárias e, possivelmente, também não alcançará o índice de 7,1 em 2021.

Com relação às dimensões do IDEB, a Tabela 4 apresenta a taxa de aprovação do ensino médio, por dependência administrativa.

Tabela 4: Taxa de aprovação do ensino médio por dependência administrativa, Santa Catarina

Dep. Adm.	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Estadual	78,3	81,8	81,6	82,7	76,2	76,9	81,1	79,2
Privada	95,6	96,1	95,6	95,1	94,9	95,4	96,6	96,5

Fonte: INEP

A rede privada tem conseguido manter a taxa de aprovação superior a 94%, registrando em 2019 o percentual de 96,5%, ao passo que a maior taxa da rede estadual, observada em 2011, não alcançou 83% (Tabela 4). Em 2019, com uma taxa de aprovação igual a 79,2%, a rede estadual de ensino registrou 20,8% dos estudantes do ensino médio em situação de reprovação e/ou abandono.

As Tabelas 5 e 6 trazem, respectivamente, a proficiência média em Língua Portuguesa e em Matemática, do ensino médio, nas avaliações do SAEB, por dependência administrativa, em Santa Catarina.

Tabela 5: Proficiência média em Língua Portuguesa, do ensino médio, nas avaliações do SAEB, por dependência administrativa, Santa Catarina

Dep. Adm.	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Estadual	257,66	263,58	265,40	271,74	263,80	268,26	262,10	276,90
Privada	313,04	295,87	320,29	316,57	316,74	321,52	318,12	324,45

Fonte: INEP

Tabela 6: Proficiência média em Matemática, do ensino médio, nas avaliações do SAEB, por dependência administrativa, Santa Catarina

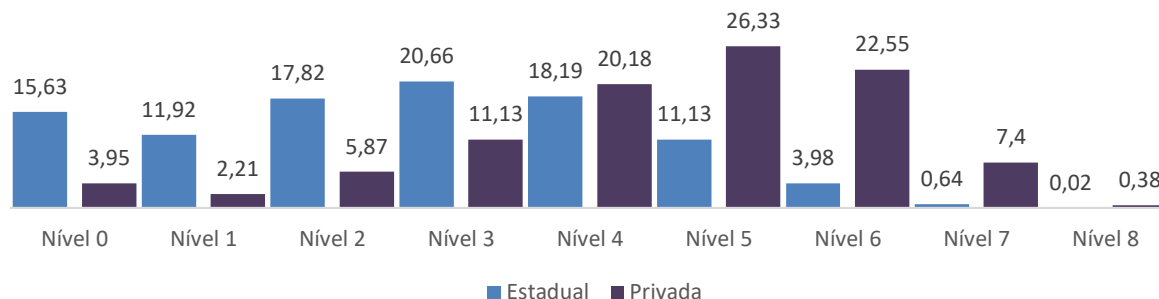
Dep. Adm.	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Estadual	274,03	279,57	273,03	284,49	275,70	268,11	266,28	279,58
Privada	348,30	329,21	351,56	342,53	336,98	329,09	340,69	343,55

Fonte: INEP

Tanto a rede estadual quanto a rede privada apresentaram oscilações na trajetória da proficiência média de seus estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme Tabelas 5 e 6. Ainda assim, no comparativo de 2019 com 2005, em Língua Portuguesa houve crescimento de 11,41 pontos na rede privada e de 19,24 pontos na rede estadual, mas com uma diferença de 47,55 pontos entre as redes em 2019. Em Matemática, no mesmo período de comparação, houve crescimento de 5,55 pontos na rede estadual e diminuição de 4,75 pontos na rede privada, com uma diferença de 63,97 pontos entre as redes em 2019. Na última edição do SAEB, em 2019, o desempenho médio da rede privada ficou no Nível 5, das Escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática, enquanto a rede estadual ficou no Nível 3. O

Gráfico 15 apresenta a distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência em Língua Portuguesa, no ensino médio catarinense, das redes estadual e privada, em 2019.

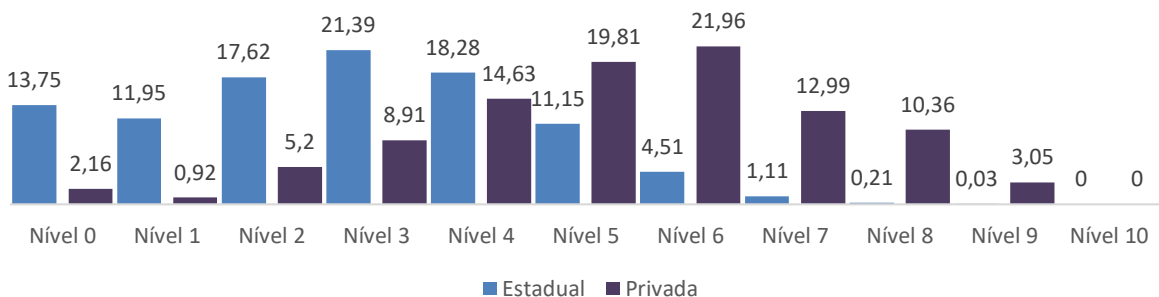
Gráfico 15: Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência em Língua Portuguesa, no ensino médio – Redes estadual e privada – 2019, Santa Catarina



Fonte: INEP

Observa-se que 66,03% dos estudantes da rede estadual estavam nos Níveis 0, 1, 2 e 3, da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa no ano de 2019; em contrapartida, a rede privada registrou 23,16% de seus estudantes nesses mesmos níveis (Gráfico 15). Nos Níveis 6, 7 e 8, encontravam-se 4,64% dos estudantes da rede estadual e 30,33% dos estudantes da rede privada. O Gráfico 16 apresenta a distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência em Matemática, no ensino médio catarinense, das redes estadual e privada, em 2019.

Gráfico 16: Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência em Matemática, no ensino médio – Redes estadual e privada – 2019, Santa Catarina



Fonte: INEP

Na Escala de Proficiência em Matemática, 64,71% dos estudantes da rede estadual estavam nos Níveis 0, 1, 2 e 3 em 2019, enquanto somente 17,19% dos estudantes da rede privada localizam-se nesses mesmos níveis (Gráfico 16). Nos Níveis 6, 7, 8, 9 e 10, localizavam-se 5,86% dos estudantes da rede estadual e 48,36% dos estudantes da rede privada.

A distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência das Escalas de Língua Portuguesa e de Matemática, expressa pelos Gráficos 15 e 16, no SAEB 2019, torna ainda mais evidente as desigualdades de aprendizagem entre a rede estadual e a rede privada. Nas duas áreas, os estudantes da rede estadual se encontram, em sua maioria, nos níveis mais baixos da escala e os da rede privada estão nos níveis mais altos. Além da necessidade de reduzir as desigualdades dentro da própria rede, o estado precisa diminuir o abismo existente entre o ensino público e o privado.

Por meio de pesquisas nos Portais da SED e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), solicitação de informações aos setores responsáveis, por e-mail, e com base nos dados do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SISGESC), foram mapeadas e apresentadas

a seguir as políticas públicas para o ensino médio da dependência administrativa estadual<sup>4</sup>, no período de vigência do PEE/SC, com vistas à qualidade e a equidade da educação.

Em 2016, Santa Catarina firmou instrumento de colaboração com o MEC, no âmbito do Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, cuja implantação ocorreu em 2017, para 15 escolas estaduais e 1.271 estudantes. Em 2019, o Programa atingiu 31 escolas estaduais e 3.683 estudantes, de acordo com o SISGESC, o que corresponde a 4,25% do total de escolas estaduais com oferta de ensino médio e a 1,8% do total de estudantes desta etapa de ensino. Neste mesmo ano, reestruturou seu Plano Plurianual visando se adequar ao que determina o PEE/SC para o cumprimento de suas metas.

Ainda em 2016, Santa Catarina iniciou a oferta de vagas aos estudantes do ensino médio no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), lançado em 2011 pelo Governo Federal com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Em 2017, num ensaio com vistas à criação futura do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica, em atendimento à estratégia 7.27, a SED criou a Avaliação do Ensino Médio de Santa Catarina, com implantação em 2018, que teve como objetivo acompanhar os estudantes de 126 escolas estaduais amostradas, que ingressaram na 1ª série do ensino médio em 2018. Consistia em uma avaliação diagnóstica na entrada da 1ª série e 3 avaliações somativas ao final da 1ª, 2ª e 3ª séries, para as quatro áreas de conhecimento, juntamente com questionários socioeconômico e socioemocional, num processo longitudinal até 2020. Com a mudança de gestão da SED, esta proposta foi interrompida na etapa diagnóstica, permanecendo, em um novo projeto, somente 32 escolas da avaliação de impacto do ensino médio integral em tempo integral, realizada em parceria com o Instituto Ayrton Senna (IAS).

Em 2019, em atendimento à legislação nacional vigente, Santa Catarina iniciou a implantação gradativa do Novo Ensino Médio com adesão de 120 escolas, denominadas escolas-piloto (aproximadamente 10.000 matrículas), por meio da Portaria MEC nº 649/2018 e do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio. Neste ano também foi lançado o Programa Minha Nova Escola, que estabelece prioridades e metas de investimentos em todas as escolas estaduais, composto por cinco grandes eixos: Educação Inovadora, Infraestrutura Escolar, Gestão Total, Qualificação Permanente e Além da Escola. Não foi possível obter informações específicas do ensino médio.

Em cumprimento à estratégia 7.4, em 2019, a rede estadual de ensino instituiu a Avaliação Institucional nas suas escolas, que é respondida por estudantes, professores e equipe técnico-administrativa e tem por objetivo fornecer indicadores que subsidiem o planejamento e a execução de políticas públicas assertivas no que tange à melhoria da qualidade da educação catarinense.

Em 2019 e 2020, houve a elaboração da proposta do Currículo Base do Território Catarinense para o Ensino Médio, à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atendendo ao que preconiza a estratégia 7.1. Atualmente, encontra-se em análise pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC).

Além disso, a rede estadual de ensino também deu continuidade às políticas públicas iniciadas antes da aprovação do PEE/SC, que são apresentadas a seguir na sequência cronológica decrescente. Em 2014, ocorreu a atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), motivada pelas concepções de formação integral referenciadas numa concepção multidimensional de sujeito, percurso formativo e diversidade no reconhecimento das diferentes configurações identitárias e das novas modalidades da educação básica.

---

<sup>4</sup> Não foi possível mapear as políticas públicas para as outras dependências administrativas. Contudo, cabe ressaltar que muitas das iniciativas apresentadas neste estudo podem abranger todas as outras dependências administrativas do território catarinense, por adesão ou por força de lei.

Em 2013, num processo gradativo, iniciou-se a nova forma de escolha da gestão escolar das escolas estaduais (Decreto nº 1.794/2013), para mandato de 4 anos, com avaliação anual de sua atuação desde 2016 e formação continuada a todos os gestores desde 2013. Também tem fortalecido os conselhos deliberativos escolares e tem repassado recursos financeiros direto para as escolas, por meio do Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC). Neste mesmo ano, implantou-se o Programa Estadual Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA), cuja oferta para o ensino médio iniciou em 2014, para aproximadamente 2.700 estudantes, em 116 escolas. Em 2019, o PENOA do ensino médio esteve presente em 14 escolas estaduais, totalizando aproximadamente 370 estudantes.

Em 2012, por meio do Decreto nº 915/2012, instituiu-se a Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação da rede pública de ensino de Santa Catarina. Em 2011, instituiu-se a Política Estadual de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, atuando de forma integrada e intersetorial em parceria com as Secretarias de Estado de Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social, além de Conselhos Tutelares, Ministério Público e demais parceiros.

Em 2009, o estado aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído nacionalmente pela Portaria MEC nº 971/2009, com implantação em 2010 para 18 escolas estaduais catarinenses e 2.246 estudantes. O ProEMI integra as ações do PDE para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio, tendo como objetivo oportunizar ao adolescente e ao jovem a ampliação do tempo escolar, integrando à sua formação atividades de aprendizagem voltadas à cultura, à arte, ao esporte, ao empreendedorismo, à sustentabilidade e à tecnologia, com conteúdos curriculares organizados a partir de um planejamento interdisciplinar construído coletivamente. Em 2019, Santa Catarina contou com 98 escolas estaduais e 8.369 estudantes inseridos neste Programa, de acordo com o SISGESC.

Em 2007, aderiu ao Plano de Ação Articulada (PAR), que é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do PDE. Em 2001, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) criou o Programa APOIA, que mobiliza as escolas, os conselhos tutelares, o MPSC e a sociedade local, visando promover o regresso de crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos à escola, para que concluam a educação básica.

Ainda que as iniciativas mapeadas acima se refiram somente à dependência administrativa estadual, vale destacar que ela é a maior responsável pela oferta do ensino médio em Santa Catarina. Posto isso, observa-se que há um alinhamento dessas políticas públicas com o preconizado nas metas do PEE/SC, principalmente aquelas subsequentes à sua aprovação. Porém, por serem relativamente recentes e abrangerem apenas uma pequena parcela de estudantes e escolas estaduais, verifica-se a impossibilidade de uma avaliação adequada sobre o possível impacto destas nos resultados globais do IDEB de Santa Catarina. Além disso, iniciativas que abrangem todas as redes de ensino, como o Currículo Base do Território Catarinense para o Ensino Médio, ainda não foram implantadas.

Em que pese essas limitações e considerando todas as políticas públicas de continuidade, pelos resultados apresentados para o IDEB ao longo de quase 15 anos, parece que os esforços aplicados não têm sido suficientes para uma mudança significativa na trajetória desse índice para a dependência administrativa estadual catarinense, apresentando-se distante das metas previstas desde 2013. Cabe destacar ainda que embora a dependência administrativa privada apresente um desempenho muito superior, também não tem conseguido atingir as metas intermediárias previstas desde 2013. Como consequência, os resultados globais de Santa Catarina estão longe do cumprimento da meta 7, quando se leva em conta o IDEB.



## 5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo principal a análise do cumprimento da meta 7, do PEE/SC, especificamente para o ensino médio, a partir dos indicadores oficiais determinados para seu monitoramento e avaliação, considerando as políticas públicas desenvolvidas e aplicadas no período de vigência do PEE/SC. Nesse sentido, buscou-se responder às questões norteadoras desta pesquisa.

As investigações sobre a oferta do ensino médio em Santa Catarina permitiram identificar que houve diminuição de 10,52% no total de matrículas, no comparativo de 2013 com 2019 e que, de acordo com suas responsabilidades legais, a dependência administrativa estadual detém a parcela majoritária das matrículas. Isso representou, em 2019, o percentual de 82,31% de matrículas distribuídas em 728 escolas, seguida da rede privada com 12,54% em 234 escolas, da federal com 4,95% em 32 escolas e da municipal com 0,19% em 5 escolas.

Mesmo identificando iniciativas diversas de oferta dessa etapa de ensino, que podem contribuir para o acesso, a permanência e a qualidade da educação básica, sua abrangência ainda inclui somente uma pequena parcela de estudantes, para o período observado. O ensino médio profissionalizante (integrado à educação profissional e o magistério), por exemplo, representou 9,4% das matrículas em 2019, sendo as dependências administrativas federal e estadual ofertantes majoritárias, com 11.786 e 10.768 matrículas, respectivamente. As matrículas em tempo integral representaram somente 10,1% do total de matrículas do ensino médio, o que corresponde a 24.561 matrículas. Proporcionalmente, a dependência administrativa federal teve o maior aumento (+152,74%), seguido da estadual (+51,84%). No entanto, em valores absolutos, houve uma maior ampliação de matrículas na dependência administrativa estadual (+ 5.571 matrículas).

Observou-se, também, que Santa Catarina alcançou o percentual de 95,2% dos jovens de 15 a 17 anos de idade matriculados na escola em 2019, um aumento de 7 p.p. com relação ao ano de 2013. Todavia, ficou distante 4,8% p.p. da meta de universalizar o acesso à educação básica para essa população, que deveria ter ocorrido em 2016. Desse grupo que se encontra na escola, apenas 77,7% estavam matriculados no ensino médio em 2019, praticamente o mesmo patamar de 2013 (77,3%) e distante 12,3 p.p. da meta para 2024 (90%) – o que demonstra que parte dessa população não tem conseguido cursar e concluir as etapas da educação básica na idade correta, evidenciando que o estado ainda não superou o desafio da repetência e da evasão escolar, principalmente na rede pública de ensino.

Sobre o cenário atual de cumprimento da meta 7, do PEE/SC, que fomenta a qualidade da educação básica, verificou-se por meio dos resultados do IDEB e seus componentes que houve avanços progressivos nos anos iniciais do ensino fundamental, mas Santa Catarina ainda enfrenta o desafio de avançar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Especificamente em relação ao ensino médio, objeto desse estudo, constatou-se que desde 2013 o estado não tem conseguido alcançar as metas intermediárias do IDEB. Em 2019, seu índice total foi de 4,2, ficando abaixo do maior resultado alcançado de 4,3 em 2011. Além disso, ficou 1,2 pontos distante da meta prevista para o referido ano. Desagregando para as dependências administrativas estadual e privada, torna-se evidente as discrepâncias entre os resultados analisados. Ainda que ambas não tenham conseguido atingir as metas previstas desde 2013, a dependência administrativa privada (6,2) supera em 2,4 pontos o desempenho da estadual (3,8) em 2019.

Analisando os resultados das dimensões constitutivas do IDEB, observou-se que Santa Catarina ainda apresenta um percentual significativo de estudantes que reprovam e/ou abandonam a escola, uma vez que a maior taxa de aprovação para o período observado (2005 a 2019) foi de 84,5% em 2011. Em 2019, 82% dos estudantes foram aprovados e os 18% restantes

não obtiveram êxito quanto ao fluxo escolar. Desagregando por dependência administrativa, observou-se que a estadual apresenta as menores taxas de aprovação.

Com relação à proficiência total dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, nas avaliações do SAEB, constatou-se que a maioria dos estudantes se encontra nos níveis mais baixos de aprendizado nas duas áreas avaliadas (59,5% em Língua Portuguesa e 57,45% em Matemática) e que somente uma pequena parcela se encontra nos níveis mais elevados. Analisando por dependência administrativa, verifica-se que a maioria dos estudantes da rede estadual encontra-se abaixo do nível 3 e a maioria da rede privada acima do nível 3, nas escalas de proficiência das duas áreas, evidenciando as discrepâncias de aprendizado entre elas e dentro da própria rede. Ressalva-se, ainda, que é necessária a definição oficial sobre qual é o “nível adequado” de aprendizado com relação aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as etapas avaliadas da educação básica, para o monitoramento adequado dos padrões de qualidade, preconizados na CF, na LDBEN e nos Planos de Educação.

Independente das limitações do IDEB, ele representa o indicador-chave de monitoramento e avaliação da meta 7, do PNE e dos planos estaduais e municipais de educação, e os resultados catarinenses de suas dimensões demonstram que em áreas consideradas básicas, como leitura e resolução de problemas matemáticos, os estudantes concluintes do ensino médio estão apresentando níveis de aprendizagem distantes do esperado e ainda há uma parcela de estudantes fora da escola, ou com dificuldade de prosseguir adequadamente o fluxo escolar. Baseando-se nesse cenário e considerando a Pandemia do Novo Coronavírus que está assolando o mundo desde 2020, é possível concluir que Santa Catarina não atingirá a meta de 5,6 no IDEB de 2021.

Ainda que se tenha identificado diversas políticas públicas para esta etapa de ensino, visando universalizar o acesso, garantir a permanência e a qualidade com equidade, observou-se que: muitas delas abrangem uma pequena quantidade de estudantes e escolas estaduais; e as que possuem maior abrangência estão em processo de implantação (Novo Ensino Médio) ou aguardando aprovação do CEE/SC (Currículo Base do Território Catarinense para o Ensino Médio). Além disso, destaca-se a dificuldade de localizar documentos que tratam do monitoramento e avaliação destas iniciativas. No entanto, os resultados dos indicadores apresentados indicam que os esforços aplicados para o período de vigência do PEE/SC não têm sido suficientes para uma mudança expressiva no que tange à garantia do direito à educação com qualidade e equidade para o público do ensino médio.

Cabe destacar que isso não é um desafio exclusivo de Santa Catarina, mas de abrangência nacional e que requer um trabalho integrado entre os entes federados para sua superação. Assim, ainda que tenha havido um avanço legal importante a partir da aprovação dos Planos de Educação, a mudança significativa da qualidade e da equidade na educação básica exige sua real concretude, com adoção de programas, projetos e ações orientados por um planejamento sistêmico e de longo prazo, que evite a descontinuidade de políticas públicas eficazes e efetivas.

Como estudos futuros, sugere-se: a análise dos fatores quantitativos e qualitativos que influenciaram para o baixo percentual de escolas públicas com resultados do IDEB divulgados, para as duas últimas edições, bem como quais as consequências decorrentes desse fato para o desenvolvimento de políticas públicas assertivas; a análise dos resultados catarinenses no PISA; aprofundamento das políticas públicas para o ensino médio, com vistas à mapear práticas de monitoramento e avaliação.

Por fim, espera-se que os resultados deste estudo contribuam para a ampliação das discussões sobre o cumprimento da meta de fomento à qualidade da educação básica, do PEE/SC, e inspirem outros estudos para refinamento dos dados apresentados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano decenal de educação para todos: 1993-2003**. Brasília: MEC, 1993. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007a.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abr. 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial nº 971, de 9 de outubro de 2009**. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Fórum Nacional de Educação. **O planejamento educacional no Brasil**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: [http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento\\_educacional\\_brasil.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf). Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década: alinhando os planos de educação**. Brasília: MEC/SASE, 2014b. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_alinhando\\_planos\\_educacao.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_alinhando_planos_educacao.pdf). Acesso em: Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação**. Brasília: MEC/SASE, 2014c. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Escala de proficiência de Língua Portuguesa – 3ª série ensino médio [Saeb]**. 2018a. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/prova\\_brasil\\_saeb/escala/escala\\_proficiencia/2018/LP\\_3EM.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/escala_proficiencia/2018/LP_3EM.pdf). Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Escala de proficiência de Matemática – 3ª série ensino médio [Saeb]**. 2018b. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/prova\\_brasil\\_saeb/escala/escala\\_proficiencia/2018/MT\\_3EM.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/escala_proficiencia/2018/MT_3EM.pdf). Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em:

<http://inep.gov.br/documents/186968/6975249/Relat%C3%B3rio+do+3%C2%BA+Ciclo+de+Monitoramento+das+Metas+do+Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o/4259eed4-ce87-46c7-b5bb-a9e09dee5abb?version=1.0>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BOF, Alvana Maria. **A aprendizagem dos alunos e os desafios do PNE**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino Rezende. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo direito à Educação, 2007.

DAROS, Maria das Dores. **Plano estadual de educação**: concretização das orientações políticas da educação. 1984. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.

DAROS, Maria das Dores; VALLE, Ione Ribeiro; MELO, Marilândes Mól Ribeiro de. Pesquisa e planejamento educacional nos anos 1960 em Santa Catarina: desenho de um projeto escolar Meritocrático. **Cadernos de Educação**, n. 42, p. 299-325, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2161/2012>. Acesso em: 01 dez. 2020.

DOURADO, Luiz Fernando. Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc.**, vol. 31, n. 112, p. 677-705, 2010.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)**: metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007a. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/o\\_que\\_sao\\_as\\_metas/Artigo\\_projecoes.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf). Acesso em: 01 dez. 2020.

FETTER, Shirlei Alexandra; LEMES, Raquel Karpinski; ZITIKOSKI, Jaime José. Discussão da qualidade na educação brasileira: um estudo sobre a meta 7 do Plano Nacional de Educação. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, v. 4, n. 2, p. 80-87, 2016.

FONSECA, Marília; FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Planejamento e gestão educacional no Brasil: hegemonia governamental e construção da autonomia local. **Educar em Revista**, v. 36, e69766, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602020000100202&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602020000100202&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 dez. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.  
SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Decreto nº 1.794, de 15 de outubro de 2013**. Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades. Florianópolis: ALESC/GCAN, 2013.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Lei nº 4.394, de 20 de novembro de 1969**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. Florianópolis: ALESC, 1969.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: decênio 2015-2024: fundamentação legal, histórico dos planos e análise situacional**. Florianópolis: SEE, 2015a. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16970-plano-estadual-de-educacao>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SANTA CATARINA. **Lei n. 16.794, de 14 de dezembro de 2015**: Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, SC, 15 dez. 2015b.

SAVIANI, Dermeval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300027&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300027&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 nov. 2020.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2004.

SIMÕES, Armando Amorim. **As metas de universalização da educação básica no plano nacional de educação: o desafio do acesso e a evasão dos jovens de famílias de baixa renda no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000300013>

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira; MORICONI, Gabriela Miranda; DAVIS, Claudia Leme Ferreira; NUNES, Marina Muniz Rossa. Desafios do ensino médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. **Cad. Pesqui.**, v. 48, n. 168, p. 478-504, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742018000200478&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742018000200478&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 fev. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. Manifesto dos pioneiros da educação nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 65, n. 150, p. 407-425, 1984.

TREVISOL, Joviles Vítório; MAZZIONI, Lizeu. **A universalização da educação básica no Brasil: um longo caminho**. Roteiro, v. 43, n. especial, p. 13-46, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v43iesp.16482>